



A Liberdade Guiando o Povo de Eugène Delacroix, de 1830

AS DEMOCRACIAS ESTÃO EM CRISE?

Luiz Afonso Simoens da Silva

Introdução

Esta é uma nota acerca do livro *Crises da Democracia*, de Adam Przeworski, cientista político polonês, atualmente vinculado do Departamento de Política da Universidade de Nova Iorque. Editado em 2019, ele teve sua versão em português em 2020.

O livro analisa inúmeros casos de ataque à democracia, que serão vistos nas seções a seguir. Deles, pareceu-lhe claro que “Se o passado ilumina, o futuro depende de as condições que vemos no presente refletirem as do passado”. É preciso respeitar as lições que a História nos traz, mas, ela deve ser vista apenas como um guia a que se deve atentar.

Para mirar nos acontecimentos atuais, uma recomendação é prestar atenção a três pontos: (I) as condições econômicas, particularmente o crescimento e a distribuição da renda; (II) o histórico democrático, isto é, o quanto a democracia está consolidada; e (III) a intensidade das divisões sociais em termos de grau de polarização e hostilidade de diferentes facções políticas. Há também menção a um quarto ponto, que aqui não será comentado: se as formas particulares das instituições democráticas são propícias à formação de governos de maioria que possam se mostrar decisivos em momentos de desastre iminente. Os comentários serão a respeito dos três primeiros pontos.

O tema não é consensual. Há quem considere exagerada a ideia de colapso das democracias, como é o caso do também cientista político Larry Bartels, professor da Universidade Vanderbilt dos Estados Unidos, que aqui será citado por uma entrevista dada acerca do lançamento do livro “*Democracy Erodes from the Top*”, ainda sem tradução para o português. Para ele, há uma procura e uma oferta de populismo. Na Europa, a demanda não mudou muito nas últimas décadas. A oferta sim, pode estar mudando, porque, afinal, os políticos sempre querem se perpetuar no poder. Daí o nome do livro, que defende a ideia que a erosão das democracias, quando ocorre, sempre vem do alto.

Estejam ou não em crise, a verdade é que tem crescido muito o número de países em que se manifestam guinadas para a extrema direita e para tendências autoritárias. Vários desses países eram até pouco tempo atrás vistos como democracias consolidadas. Desconforto, incertezas e medos, certamente existem e estão bastante espalhados por toda parte. Eles se mostram entre regiões geopolíticas e dentro de cada país.

I. Condições econômicas: crescimento e distribuição de renda. A destruição do trabalho humano

Há consenso de que o neoliberalismo começou na virada para os anos 1980. Antes disso, o mundo capitalista viveu um período de trinta anos de estabilidade, entre 1944/1973. Houve crescimento industrial e do comércio mundial, os Estados nacionais se fortaleceram, os sindicatos garantiram alguma distribuição de renda em favor dos trabalhadores e foi mantida a estabilidade de indicadores macroeconômicos: taxas de câmbio administradas, taxas de juros fixas e controle dos fluxos internacionais privados. Organismos internacionais, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, eram os instrumentos garantidores dessa ordem econômica mundial.

Nos anos 1970, esse quadro positivo se inverteu. Aquele foi um período de transição, em que a nação líder do mundo ocidental começou a ser contestada por uma Europa e um Japão reconstruídos da guerra. No curto interregno de dez anos, o discurso favorável aos Estados nacionais fortes começou a ser substituído pela busca de globalização econômica, onde o poder seria exercido por organismos internacionais, como o Acordo Mundial de Comércio (WTO, na sigla em inglês), o FMI e o Banco Mundial. O desenvolvimento de uma indústria bancária internacionalizada, choques de petróleo em 1973 e 1979, intensificação da Guerra do Vietnã e enfraquecimento do dólar contribuíram para introduzir um ambiente de instabilidade em câmbio, juros e fluxos de capitais. E os trabalhadores entraram na mira de um novo capitalismo financeirizado.

Por isso, faz sentido situar o neoliberalismo nascente seja em 1979, com a ascensão de Margaret Thatcher na Inglaterra, seja em 1981, com Ronald Reagan assumindo a presidência dos Estados Unidos. E lá se fez a passagem de uma ordem econômica liberal estável, que também beneficiava o trabalhador, para uma não-ordem econômica instável que, desde então, busca a total desregulamentação dos mercados laborais.

Os pontos destacados por Przeworski seguem metodologias diferenciadas. As questões econômicas têm prevalência nos estudos, particularmente quando tratam das questões da distribuição da renda. As evidências estatísticas coletadas permitem usar um pouco de econometria em séries históricas de grupos de países, que tratam da estagnação da renda, de sua desigualdade e de sua mobilidade (Przeworski, 2020:131/149). Os outros pontos não permitem quantificações, mas têm importância qualitativa.

Não se vai aqui abusar dos números. Na descrição dos cálculos matemáticos fica-se satisfeito com as tendências, que são bem evidentes. As taxas de crescimento das democracias desenvolvidas, assim entendidos os países-membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), caíram de cerca de 4% depois da Segunda Guerra Mundial para 2% nas cercanias de 2020. Pior: a média da desigualdade em cada país, medida pelo coeficiente de Gini, disparou. Além disso, o emprego na

indústria, melhor remunerado, caiu em termos absolutos, enquanto aumentou na de serviços, pior remunerado.

“O primeiro efeito da combinação de taxas de crescimento em queda com desigualdade em alta é a estagnação das rendas mais baixas” (idem: 134). Nos gráficos que sustentam esses resultados, o pesquisador se baseou na experiência dos Estados Unidos, que se diferencia um pouco dos países da OCDE. Ou seja, a renda média permaneceu praticamente estagnada, entre 1967/2011, para os trabalhadores de renda média e baixa. Enquanto os 10% do topo aumentaram sua renda de maneira acentuada, os 10% da base subiram muito devagar, até serem todos atingidos pela crise de 2008.

Um segundo efeito, que envolveu pesquisas de opinião, mostrou o desgaste nas crenças quanto ao futuro das gerações: 60% dos norte-americanos e 64% dos europeus achavam que seus filhos estarão piores do que eles estão. Przeworski (idem:136) cita uma estimativa dos Estados Unidos, em que 90% das pessoas de trinta anos estavam melhores que seus pais na mesma idade, em 1970. Em 2010, isso acontecia com 50% somente.

Esse colapso da fé profundamente arraigada no progresso entre as gerações é um fenômeno em escala civilizacional [...] Desde 1820, cada nova geração na Europa e nos Estados Unidos vivia e esperava viver melhor dos que seus pais, e essa certeza está sendo destruída.

Duas seriam as hipóteses para essas transformações: globalização e autogolpe da burguesia. A globalização teria aumentado o componente importado de uma economia, particularmente de produtos mais baratos oriundos da China, que reduziram a força de trabalho local e a depreciação de seus salários.

O auto golpe da burguesia se traduziria numa ruptura do acordo de classes. Dados dos Estados Unidos, basicamente até por volta de 1978, mostram que os “aumentos de salários seguiam quase exatamente aumentos de produtividade” (idem:137/140). Sindicatos fortes garantiam esse entendimento. Os governos de Thatcher e Reagan atiraram primeiro nos sindicatos, cuja “densidade média”, uma forma de medir seu peso no mercado de trabalho, caiu muito desde então. Os salários, conseqüentemente, se descolaram da produtividade. As armas para tanto foram o uso da automação e a abertura das contas de capital do balanço de pagamentos, patrocinada pelos organismos financeiros internacionais, no que ficou conhecido como *Consenso de Washington*.

É claro, portanto, que a piora na remuneração relativa das novas gerações nada tem a ver com competência pessoal. Suas causas têm de ser procuradas nas condições gerais da economia mundial, onde muitos Estados nacionais enfrentam menor crescimento ou quase estagnação, devido a competição externa em mercados de bens e onde os fluxos financeiros estão amplamente liberalizados.

Talvez valha a pena mencionar algumas questões que foram abordadas no texto “Do Homem Medieval ao Liberal: Ciclos e Crises do Liberalismo; Tendências Autoritárias Recentes” publicado na Revista de Economia Política e reproduzido neste site. Eventualmente, eles podem acrescentar algo ao autor aqui analisado.

O primeiro é a busca de instabilidade como método para a destruição do trabalho humano. Grosso modo, o neoliberalismo é visto como um projeto de desregulamentação dos mercados, de internacionalização financeira, de conseqüente destruição de direitos

trabalhistas e de concentração de renda. A destruição de estruturas tradicionais que instabilizaram os mercados de trabalho trouxe consequências de longo alcance. Ali onde as palavras de ordem são volatilidade, fluidez, flexibilidade e curta duração e onde os vínculos profissionais, como alianças e colaborações, podem ser feitos e desfeitos segundo as circunstâncias, o que se pode esperar? Um ambiente dessa natureza melhor se ajusta a um mundo “ambíguo, vago, plástico, incerto, paradoxal, até caótico” (Bauman, 2011:64). Przeworski parece reforçar essa noção.

O segundo é a criação de inimigos internos como forma de controle social. O capitalismo passou a assumir, paulatinamente, um novo papel: o enfrentamento do medo e da insegurança. No caso da segurança pessoal, campo do inimigo interno, Bauman (2011:82/84) menciona os condomínios fechados, com barreiras físicas por toda parte, que impõem uma nova lógica de vigilância. Grades separam os “guetos voluntários” para os ricos *de dentro* e os “guetos involuntários” para os *de fora*. Ameaças ao corpo e às propriedades justificam a busca de proteção pessoal e se condensam em impulsos segregacionistas e exclusivistas.

O terceiro é o advento de guerras virtuais, que ainda coexistem com guerras tradicionais. Vive-se a paranoia da segurança nacional, que é o campo do inimigo externo. Eco (2006:17/38) faz uma diferenciação entre *Paleoguerras* e *Neoguerras*. Pode-se dizer que as Paleoguerras são as guerras tradicionais, que buscam derrotar os inimigos para lhes infligir uma perda, geralmente territorial. Para tanto, é aceitável contar com perdas de vidas humanas, desde que inferiores às do inimigo. Este é conhecido e se sabe onde ele se encontra. de modo que o confronto é “frontal e envolve dois ou mais territórios reconhecíveis”. A guerra Rússia vs Ucrânia parece caber nesse grupo. Israel vs Palestina também, ainda que a desproporção de forças seja gigantesca.

Quais as características do novo tipo de conflito, as Neoguerras? Em primeiro lugar, a guerra não é frontal e é incerta a identidade do inimigo. Onde ele está? Muitos deles podem residir em nossos próprios países, assim como os nossos também podem estar nos territórios deles. O inimigo está na nossa retaguarda. O foco mudou para levar o terror para o público em geral. A guerra se tornou midiática. Bin Laden levou ao pânico a maior potência ao destruir as torres gêmeas, não porque elas fossem um alvo militar, mas por seu impacto psicológico. Se *Eles* conseguiram alcançar Manhattan, quem protegerá nosso país? Esse é o pano de fundo do mundo atual. Todos têm seus *inimigos naturais*. Os da Inglaterra pré-Brexit, eram os poloneses, que *roubavam* seus empregos; os da Rússia, os Ucrainianos; os dos Estados Unidos, a China, que não consegue se entender com Taiwan.

Os fundamentos da insatisfação generalizada devem ser procurados nas práticas de um Neoliberalismo estéril, que estimula o homem ao consumismo fútil, ao tempo em que o amedronta com o apocalipse da guerra final.

II. O Histórico democrático

Przeworski (2020:cap.2) analisou vários casos de ataque à democracia e, dentre eles, quatro foram destaques: Alemanha (1928/33) e Chile (1970/73), que colapsaram; França (1954/62) e Estados Unidos (1964/76), em que as crises se resolveram institucionalmente.

A República de Weimar nasceu do desastre da derrota alemã na Grande Guerra. As condições do armistício de 1918, determinadas pelo Tratado de Versalhes de 1919, impuseram indenizações muito pesadas, perdas de territórios, proibição de rearmamento

e abandono de formas monárquicas de governo, dentre outras. Some-se a isso duas crises econômicas: a hiperinflação de 1923 e o desemprego decorrente da crise de 1929. Tais eventos fizeram a renda média cair perto de 20% e o desemprego subir de 3% para 12%, em 1930, e 25% em 1932.

Tais questões se tornaram polarizadoras junto à população, mais especificamente quanto à democracia vs autoritarismo e capitalismo vs socialismo. Assassinatos políticos se tornaram frequentes. Sucessivos governos se mostraram instáveis e incapazes de governar. O Parlamento (*Reichstag*) se enfraqueceu e praticamente parou de se reunir. Nesse ambiente, que hoje seria chamado de tóxico, Hitler foi nomeado chanceler em janeiro de 1933, quando foi aprovada uma “Lei para Aliviar o Sofrimento do Povo e do Reich”, que lhe deu o direito de governar por decreto. “Assim, de um ponto de vista puramente jurídico, o golpe final contra a Constituição de Weimar foi desferido de maneira constitucional” (idem:76).

O fim da democracia do Chile, que vigia desde 1938, ocorreu em 1973 por meio de um golpe militar. Em meados dos anos 1960, a sociedade já estava polarizada em termos das relações de classe: ricos votavam em ricos; operários votavam na esquerda. A desigualdade de renda era alta e o que explicava essa desigualdade era o fato de a economia ser muito concentrada: em 1966, 144 empresas dominavam mais de 50% dos ativos industriais, três bancos guardavam cerca de 45% dos depósitos e ficavam com 55% dos lucros, enquanto menos de 10% dos proprietários de terras eram donos de 86% das terras cultiváveis (idem:79/80).

A eleição de 1970 foi vencida por Salvador Allende com 36% dos votos, seu adversário à direita teve 35% e um terceiro candidato de tendências esquerdistas teve 28%. Allende tomou posse com apoio de uma coalizão de sete partidos de esquerda, mas o parlamento, eleito em 1969, lhe era contrário. Tentativas de acordo com a Democracia Cristã, que dominava o Congresso, deram em nada. O próprio Partido Socialista mostrou-se independente e deu uma guinada à esquerda aderindo a uma estratégia insurrecional, em janeiro de 1971, contra a burguesia local.

Seria cansativo enumerar os confrontos entre Executivo e Legislativo. Alguns programas sociais previam medidas redistributivas para estimular a economia no curto prazo e concluir a nacionalização da exploração do cobre, dos bancos e de algumas empresas industriais. O cobre foi nacionalizado, com votação unânime do Congresso, e os bancos foram sendo comprados aos poucos pelo Estado, com a oposição dos Estados Unidos e de proprietários locais. A reforma agrária também já tinha sido possibilitada por uma lei anterior ao governo Allende.

A situação se agravou em outubro de 1971, quando se tentava votar *la ley de las áreas valiosas*. O desacordo se explicitou quando o Partido da Democracia Cristã passou a exigir que cada nacionalização fosse resolvida uma a uma e que previa a anulação de mais de 500 expropriações anteriormente realizadas. A partir daí, o impasse se tornou total e o último confronto constitucional se deu quando o Congresso aprovou, em fins de 1972, uma lei que dava às Forças Armadas o direito de realizar buscas de armas e explosivos em quaisquer lugares, sob a alegação que elas estavam sendo armazenadas por membros do governo. O Presidente se opôs a ela invocando uma cláusula jurídica segundo a qual essas forças não tinham o direito de entrar em prédios públicos sem autorização.

Em agosto de 1973, o Congresso declarou que o governo tinha violado a Constituição e, por isso, era ilegítimo. No dia seguinte, o general Augusto Pinochet tomou posse como chefe das Forças Armadas. Estava aberto o caminho para o golpe de 11 de setembro.

A França (1954/62) viveu um alto grau de instabilidade social nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, que culminaram num conjunto de greves insurrecionais em 1947, reprimidas com violência. Em 1953, houve uma gigantesca greve do setor público. Paralelamente, a esses movimentos na metrópole, a França se envolveu em conflitos externos a partir de 1946. A Guerra da Indochina terminou com a derrota francesa em Dien Bien Phu, em 1954. Logo depois, começou nova guerra na Argélia.

Przeworski compara a instabilidade e ineficiência dos governos da Quarta República francesa com as ocorridas na República de Weimar. Havia, também, uma radicalização de posições políticas que punham em confronto comunistas e gaullistas. De janeiro de 1947 a junho de 1958, houve 24 governos, com duração média de 173 dias. Nenhum deles foi capaz de formar um consenso acerca de como lidar com o conflito argelino.

A chegada de De Gaulle a primeiro ministro foi cercada de controvérsias jurídicas. Isso, no entanto, não o impediu de manter o controle da província, cujos órgãos de governo haviam sido invadidos por franceses argelinos, muitos dos quais gaullistas. A crise argelina foi a responsável pela ascensão de De Gaulle, que mudou a Constituição Francesa e ganhou o poder de governar por decreto.

No princípio, os franceses na Argélia entenderam que De Gaulle estaria a seu lado na manutenção da província. Na sequência, o primeiro ministro avançou, rapidamente, para a posição de dar independência à Argélia. Dirá Przeworski (2020:96/97):

Um general reformado, herói de guerra, toma a iniciativa de se impor como chefe do comando. Exige, e consegue do parlamento, o poder de governar por decreto e mudar a Constituição. Seu governo controla a imprensa e o rádio, proíbe organizações dos dois lados do conflito e processa várias pessoas por “desmoralizarem o Exército”. A história parece familiar e sinistra. Mas finalmente a guerra acaba e a democracia sobrevive.

Os Estados Unidos viveram uma crise importante entre 1964/76. Os distúrbios urbanos se generalizaram nos anos 1960. Em 1968, aconteceram os assassinatos de Martin Luther King e Robert Kennedy, ao tempo em que o país estava cada vez mais envolvido na Guerra do Vietnã, que provocava inúmeras divergências internas.

Richard Nixon foi eleito para seu primeiro mandato em 1968 e, apesar da violência de sua campanha eleitoral, nada aconteceu que pudesse ser chamado de crise ao longo do exercício do cargo. Esse quadro mudou com a chegada da campanha de reeleição de 1972. Nixon mobilizou repartições do governo com o objetivo de vigiar seu adversário, o senador Ted Kennedy. Os “inimigos” democratas foram grampeados e o FBI e a CIA foram induzidos a intimidá-los.

Nixon foi reeleito em 1972, a Guerra do Vietnã acabou em janeiro de 1973, mas o escândalo de *Watergate* condenou 48 partidários do governo por atos ilegais. Dentre eles, “dois ministros da Justiça, o chefe da Casa Civil, três assessores da Casa Branca, o secretário de Comércio e o advogado pessoal do presidente” (idem: 102). O resultado foi que o sistema de freios e contrapesos funcionou. O Senado votou por 72 a 0 para abrir

investigação sobre *Watergate* e a Câmara iniciou o processo de *impeachment*. Nixon renunciou em agosto de 1974.

Em síntese, essas quatro experiências ressaltam uma característica fundamental: o sistema de representação proporcional torna difícil formar governos com capacidade efetiva de governar, quando o quadro político se mostra muito fragmentado.

Na Alemanha, por exemplo, a coalizão de Weimar contava com quatro partidos em 1919 e, à medida que a crise se descontrolava, esse número subiu até chegar a estonteantes 61, em 1932 (idem:69). A incapacidade de gerar qualquer consenso político nos marcos da institucionalidade vigente, levou a radicalizações políticas e conseqüente violência, que o sistema procurou enfrentar criando poderes emergenciais. A França também mostrou instituições instáveis e ineficientes durante a Quarta República. No período de 1947/1958, houve mais de vinte governos de curta duração, que não conseguiram enfrentar o conflito argelino. Havia, também, uma radicalização de posições políticas.

Na Alemanha, o quadro político implicou retrocesso para o autoritarismo. Na França, um general aposentado voltou ao poder e, com poderes excepcionais, resolveu a independência da Argélia e manteve o país a salvo dos ímpetos ditatoriais.

Nos Estados Unidos, a situação foi muito diferente. Não havia um quadro econômico grave, nem o sistema político estava fragmentado. O presidente teve de renunciar ao cargo para não ser impedido pelo Congresso, que era controlado pelo partido democrata nas duas Casas. As instituições democráticas funcionaram da forma como delas se esperava. A questão que Przeworski levanta é se o mesmo teria acontecido se os republicanos dominassem o Congresso. O sistema de freios e contrapesos funcionou porque os parlamentares cumpriram sua função de defender as instituições ou porque defenderam seus próprios interesses? (idem:103).

No Chile, os sinais de que as coisas andavam mal na política começaram logo na largada do governo de Salvador Allende. À medida que este procurava avançar com seu programa social e econômico, a direita, com apoio do governo americano, iniciou uma “campanha de terror”, que apelava para o fantasma da dominação soviética. Milhares de greves, agitação popular. Paralisação das entregas de combustível. Às vésperas do golpe, o que se via era que o Governo não conseguia aprovar mais nada no Congresso. Em paralelo, o que o Congresso aprovava, o Governo vetava. O Congresso tentava o *impeachment*, mas não dispunha dos votos necessários. Resultado: “A classe alta, cujos privilégios estavam sendo ameaçados, recorreu aos militares, e, não sem alguma hesitação, os militares concordaram em obedecer” (idem:90). Alguma ironia nesta observação?

Uma segunda característica que deriva desses casos é que ninguém conseguiu prever os acontecimentos, nem mesmo aqueles que o produziram. Przeworski (2020:77) conclui que “A contingência e a incerteza são aspectos inerentes a conflitos complexos”.

Para se ter uma visão mais ampla, basta consultar a lista abaixo, que mostra a proporção de votos da direita radical, em dezessete países que eram membros da OCDE em 2000. As maiores proporções dos quatro primeiros superaram os 20%. Os quatro mais baixos ficaram entre 2% e 3%, ainda que os dados da Espanha sejam bastante antigos relativamente aos demais. Os nove intermediários ficaram no intervalo entre 12% e 19%.

PROPORÇÃO DE VOTOS DA DIREITA RADICAL
PAÍSES-MEMBROS DA OCDE EM 2000

| País | Proporção máxima % | Período |
|-------------|--------------------|-----------|
| Suíça | 28,9 | 2007/10 |
| Áustria | 28,2 | 2008/12 |
| Itália | 25,8 | 1996/2000 |
| Dinamarca | 21,1 | 2015 |
| Finlândia | 19,1 | 2011/14 |
| Holanda | 17,0 | 2002 |
| Noruega | 16,3 | 2013/17 |
| França | 14,9 | 1997/2001 |
| Japão | 14,9 | 2012/13 |
| Grécia | 14,4 | 2012/14 |
| Bélgica | 14,0 | 2007/9 |
| Suécia | 12,9 | 2014 |
| Alemanha | 12,6 | 2017 |
| Reino Unido | 3,1 | 2010/17 |
| Islândia | 3,0 | 2013/16 |
| Luxemburgo | 2,3 | 1989/99 |
| Espanha | 2,1 | 1979/81 |

fonte: tabela 4.1 , p.119, Przeworski

Na semana passada, Portugal foi o novo país a entrar nessa não gloriosa listagem. Um partido de extrema direita, com o significativo nome de *Chega*, saiu de seu quase anonimato anterior para o terceiro lugar no pleito presidencial. O Presidente da República convidou o vencedor, um representante da direita tradicional a formar o governo. O vencedor pretende fazer um governo minoritário. Difícil. Poderá vir a se associar à centro-esquerda, tal como Angela Merkel fez na Alemanha, tendo apoio da democracia-cristã e dos social-democratas? Cederá à tentação e se associará à extrema-direita?

Uma leitura rápida das percentagens assusta. Afinal, boa parte desses países são vistos como sólidas democracias, como a Suíça e vários países nórdicos. Aqui, então, parece interessante trazer a posição de Larry Bartels, que declarou em entrevista achar exagerado o perigo de colapso das democracias. Sua resposta foi:

Pensando na Europa ocidental não há nenhum partido populista de direita suficientemente forte para controlar um governo. Em sistemas multipartidários, essas siglas às vezes têm representação significativa no Parlamento, mas não o suficiente para negociar uma coalização governante [...] Além disso, em parte, essa questão tem a ver com os detalhes dos sistemas eleitorais e com as instituições governamentais. Se olharmos para onde houve retrocesso significativo, como Hungria e Polônia, as instituições permitiram que partidos com leve maioria governassem como se tivessem apoio popular avassalador.

III. Intensidade das divisões sociais (p. 141/149)

O tema desta seção são as divisões políticas no mundo atual. Essas divisões podem refletir preferências políticas nos velhos moldes de esquerda-direita. No século passado, nos

Estados Unidos e Europa, havia uma alternância dos partidos entre democratas vs republicanos ou entre social-democratas vs democratas-cristões. Hoje, o que se vê é um trânsito para as posições extremas, o que redundava em polarização. Preferências individuais de grupos homogêneos podem provocar atos hostis com relação a outros grupos homogêneos de opiniões opostas. Não só política, mas imigração, racismo, opções sexuais são temas que se prestam muito bem para esses propósitos.

A imigração nem sempre foi uma questão partidária. Nos Estados Unidos, a ideia de controle do fluxo de estrangeiros nas fronteiras envolvia uma percentagem de 63%, em 1994, praticamente a mesma para democratas e republicanos. Essa resistência oscilou em queda até o início dos anos 2000, mais ou menos. A partir daí, a resistência democrata caiu para 25% em 2015, ao tempo em que subiu para 57% entre os republicanos. Para estes, a imigração é um estandarte da linguagem da “soberania nacional” (idem:143).

Przeworski entende que quando Donald Trump e Marine Le Pen falam de imigrantes estão, somente, usando um código para racismo. Afinal, o que os incomoda são a terceira geração de imigrantes - mexicanos, árabes ou negros -, cuja fisionomia lhes é diferente.

Essa questão é tão marcante e tão aparentemente insuperável que o debate em curso tenta diferenciar racismo de multiculturalismo. No racismo, há uma diferença entre superiores e inferiores, que é determinada pelos grupos racistas. No combate a esses grupos, a ideia é criar uma sociedade em que não existam cores. No multiculturalismo, ao contrário, a ideia é criar uma sociedade diversa, que seja consciente das cores. Cada indivíduo teria o direito de escolher sua própria identidade cultural. Difícil. Muito difícil. O indivíduo pode não se ver como judeu, negro, muçulmano, mas os outros os veem como tais.

Outro ponto relevante é que esse mundo dito pós-moderno pratica uma ideologia que implica em multiplicidade de verdades. Não há diálogo entre os grupos. Przeworski (p.146/7) cita Lewandowsky, Ecker e Cook, que assim concluem seus estudos:

Enfrentamos agora uma situação em que uma grande parcela da população vive num espaço epistêmico que abandonou critérios convencionais de demonstração, consistência interna e busca de fatos [...] Uma marca registrada clara do mundo pós-moderno é que ele autoriza as pessoas a escolherem sua própria realidade, onde fatos e provas objetivas são superados por crenças e preconceitos.

Palavras finais

O livro aqui resenhado tenta responder a uma pergunta que muita gente tem feito: as democracias estão em perigo? O mundo está saudoso de épocas passadas, quando o autoritarismo fazia *tabula rasa* dos anseios libertários de seus povos? Przeworski retoma esse caminho e enfatiza algumas questões centrais: o papel do neoliberalismo na destruição do trabalho, descreve quatro grandes casos históricos de confronto das instituições democráticas com grupos autoritários e, finalmente, lembra que esse caldo de cultura privatizante e instável da vida social tem sabor indigesto.

Na primeira seção, Przeworski lembra que Thatcher e Reagan começaram seus movimentos políticos pelo enfraquecimento do sindicalismo, pelas ameaças de automação de inúmeras atividades produtivas e pela abertura externa dos balanços de

pagamentos aos capitais privados. O impacto das políticas de desregulação ampla dos mercados implicou queda da renda dos estratos de menor qualificação e de baixo poder aquisitivo, em favor dos estratos mais elevados. Ao longo do tempo, a renda se concentrou e a mobilidade do trabalho aumentou em resposta à instabilidade inerente do sistema.

O momento atual é voltado à Inteligência Artificial. Não basta ter robôs repetitivos na linha de produção, que não param a toda hora para tomar um cafezinho ou ir ao banheiro ou contestar as condições de trabalho. É preciso desenvolver seres pensantes, que ampliem/resolvam de vez a questão da substituição dos trabalhadores por máquinas. O futuro da espécie humana, uma espécie que entendeu que só o trabalho humano cria valor, regredirá para um estágio em que sua remuneração será derivada de uma renda-mínima?

Na segunda seção, ele descreve quatro casos paradigmáticos de confrontos entre instituições democráticas e pressões autoritárias: a Alemanha da República de Weimar, o Chile de Salvador Allende, A França da Quarta República e os Estados Unidos do *Watergate* de Nixon. O que é ali ressaltado é como a fragilização das instituições públicas pode implicar grandes transformações políticas.

A terceira seção tratou, rapidamente, das intensidades das divisões sociais no mundo atual. Por tratamento rápido se entenda uma certa perplexidade diante de um rol de problemas que parece infinito. Imigrantes, racistas, homossexuais, feministas, que mais? Como aproximar esses grupos? No passado, as questões universais predominavam: combate à pobreza, igualdade de salários entre homens e mulheres, menor desequilíbrio de renda. Elas faziam parte dos programas partidários. Hoje, essas questões são tomadas como características diferenciadoras. Nunca houve tanta diferença! E parece que é só isso que se quer: ser diferente é o bastante para o indivíduo se localizar num grupo homogêneo de seu interesse. Não parece haver busca de unidade.

Algo sobre o Brasil? O professor Fernando Luiz Abrucio, escreveu o artigo *Bolsonaro é o Brasil Autoritário* (caderno *Eu &* do jornal Valor Econômico, 22.03.24:5). Para ele, falar de autoritarismo significa lidar com três formas de manifestação.

A primeira é o funcionamento das instituições, onde o Brasil conseguiu se sair bem. O sistema não é perfeito, mas deu conta do recado e evitou um golpe de Estado em 2022.

A segunda foi o papel antidemocrático de algumas lideranças políticas que insistem em tentar rasgar a Constituição. Nesse grupo, estavam elementos das forças Armadas, da classe política, juízes, empresariado e, inclusive “líderes sociais de cunho secular ou religioso”. Estes não conseguiram seu intento, mas

Há um autoritarismo profundo que se relaciona com a crença de que não somos todos iguais, sendo necessário [...] garantir que o Estado ou outras estruturas sociais limitem o avanço dos “de baixo” e preservem os privilégios dos “de cima”

A terceira camada do autoritarismo está nos valores manifestados pela população. Em qualquer pesquisa que se faça, a democracia é sempre vista como o melhor sistema. O autor do artigo citou a última pesquisa do Datafolha, de 21.12.23, em que 74% dos brasileiros preferiram a democracia, 7% a ditadura e 15% eram indiferentes. Apesar disso, há fortes sinais de incoerência nesse quadro: há rejeição histórica com relação ao Congresso Nacional e uma recente rejeição ao Supremo Tribunal Federal.

Enfim, um instantâneo da sociedade brasileira de hoje não aponta para um quadro róseo. Isso fica evidente na forma como a segurança pública é tratada. Há forte apoio por

violência desmedida de policiais, que atinge preferencialmente os negros, “relegando-os, desse modo, a uma posição de subcidadania”. No que diz respeito à polarização do diálogo entre diferentes, nada há no Brasil que o diferencie do resto do mundo. A falta de debate está envenenando a sociedade brasileira para além do jogo institucional.

Referências Bibliográficas

Abrucio, Fernando Luiz. *Bolsonaro é o Brasil Autoritário*. Caderno Eu & do Valor Econômico, 22.03.2024:5.

Bartels, Larry. *É difícil visualizar retrocesso democrático na Europa ocidental*, Folha de São Paulo, edição digital, 17.06.2023.

Bauman, Zigmunt. *Danos Colaterais*. Zahar, Rio de Janeiro, 2011.

Bauman, Zigmunt (2021). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Schwarcz S.A.

Eco, Umberto. *A passo de caranguejo*. Editora Record. Rio de Janeiro, 2016.

Przeworski, Adam. *Crises da democracia*. Zahar, Rio de Janeiro, 2020.